

RELATÓRIO

I. CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

De 26 a 28 de Setembro, realizou-se em Washington, D.C. - Estados Unidos da América do Norte - a Reunião Anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

No decorrer das intervenções registadas, confirmou-se, mais uma vez, que no decénio cujo fim se aproxima se registaram mudanças económicas rápidas e realizações consideráveis.

Efectivamente, registou-se um longo período de crescimento nalguns segmentos da economia mundial (países industrializados, nomeadamente) seguido duma expansão rápida do comércio internacional.

Por outro lado, o decénio lega sérios problemas a numerosos países em desenvolvimento, os quais vêm o seu nível de vida baixar de forma bastante expressiva, encontrando-se ainda confrontados com uma pesada dívida externa e sem que tivessem beneficiado, de forma significativa, da expansão verificada nos países industrializados.

Perante essa situação, há todo um conjunto de medidas de política económica que deverão ser tomadas, com vista a corrigir certas distorções nesses países. Só assim o crescimento económico mundial no próximo decénio será durável e os resultados beneficiarão todos os países.

Nesse sentido, apontam que, em primeiro lugar, deverão ser adoptadas medidas de políticas monetárias firmemente anti-inflacionistas.

Quanto à política orçamental, foi com satisfação que se constatou que muitos países industrializados vêm procurando reduzir, com êxito, o desequilíbrio das suas finanças públicas. Todavia, outros persistem na manutenção de défices bastante significativos, os quais acabam por absorver recursos enormes que poderiam ser melhor aplicados em investimentos produtivos. Procurou-se ressaltar os efeitos negativos que os persistentes e elevados défices orçamentais têm sobre a política monetária e suas consequências directas ao nível de taxas de juros reais, que crescem de forma excessiva, entravando, deste modo, o investimento, agravando o problema da dívida e

comprometendo as perspectivas de crescimento nos países industrializados, bem como nos em vias de desenvolvimento.

Outro ponto, também ligado aos problemas de défices orçamentais, para o qual se mostraram muito apreensivos, prende-se com o nível, cada vez mais baixo, de taxas de poupança nacional (de que os Estados Unidos constituem o exemplo mais elucidativo), dada a sua ligação aos investimentos.

Reconhece-se, por outro lado, que não basta a adopção de políticas macro-económicas adequadas para que se possa, à partida, garantir que o crescimento económico será sustentado. Para que tal possa vir a acontecer, importa, também, simplificar os controlos e as restrições que falseiam as decisões do sector privado, limitam a concorrência e minam os incentivos ao trabalho, à poupança e ao investimento, prejudicando, assim, a produção e o emprego.

Outra condição indispensável a uma expansão satisfatória da economia mundial, também ressaltada, prende-se com o sistema comercial que se deseja venha a ser mais livre e sem obstáculos não tarifários de qualquer natureza.

A este propósito, fez-se referência às negociações multilaterais do "Uruguay Round", ao mesmo tempo que se depositam esperanças no ciclo de negociações que se seguirão e cujo término se prevê para fins de 1990.

II. COOPERAÇÃO MONETARIA E FINANCEIRA INTERNACIONAL

1. MEDIDAS DE POLITICA

Em Setembro de 1988, em Berlim, aquando da realização da 43ª Assembleia Anual, o programa de acção do Fundo Monetário Internacional privilegiava, entre os objectivos com vista a solucionar os desequilíbrios económicos mundiais, o reforço do sistema monetário internacional. Efectivamente, diversos acordos apontaram a coordenação e a concertação de políticas económicas entre os principais países industrializados e de moeda forte, como instrumentos eficazes na prevenção dos desequilíbrios e na estabilidade das taxas de câmbio.

Apesar dos progressos registados, o processo de ajustamento externo, a partir de meados de 1988, regrediu. Constatou-se, com efeito, a persistência de importantes desequilíbrios entre os saldos das contas

correntes dos principais países industrializados, nomeadamente, a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos, quando se esperava, segundo as projecções, que em termos nominais esses desequilíbrios deveriam desaparecer entre 1989 e 1990.

Não obstante a evolução divergente dos saldos correntes, nomeadamente entre os países do SME, resultando tensões nas taxas de câmbios, a convergência das políticas de taxas de juros e as intervenções nos mercados de câmbios permitiram atenuar essas tensões.

Conscientes dos efeitos negativos dessas distorções na economia internacional, os países industrializados reconhecem, uma vez mais, a necessidade de reforçar a eficácia da coordenação na concepção e execução das políticas macroeconómicas e estruturais, como forma de inculcar confiança no sistema monetário internacional e de criar condições externas mais favoráveis aos esforços de ajustamento estrutural dos países em desenvolvimento. Em todo esse processo se reafirma o papel central que desempenha o FMI (responsabilidade de assegurar a disciplina e a coordenação, condições de um bom funcionamento do sistema).

Outro aspecto importante evidenciado foi a liquidez internacional. A esse respeito duas questões importantes se colocam: como medir o nível de reservas e de liquidez internacional adequado e como poderá o DTS servir de instrumento para melhorar a eficácia e a estabilidade do sistema das reservas e contribuir para a estabilidade dos mercados cambiais e na luta contra a inflação.

Quanto à primeira questão, as opiniões divergem.

Para uns, o nível das reservas e o rácio entre as reservas internacionais e o volume das importações são menos significativos quando se trata de avaliar a necessidade global a longo prazo do acréscimo do nível das reservas actuais. Para outros, trata-se de duas grandezas que mais não são que instrumentos úteis de medida empírica. De salientar o recente desenvolvimento e a diversificação crescente dos mercados de capitais privados e um aumento em valor absoluto, mas pouco significativo, das reservas totais mundiais.

Quanto à segunda questão, as opiniões sobre o papel do DTS são das mais variadas - unidade de referência ou unidade de pagamento.

Em face disso, recomendações foram feitas à Administração do FMI no sentido de prosseguir com as discussões e os estudos sobre essas matérias.